

CARTOGRAFIA DE PROPAGANDA E UNIDADE GEOGRÁFICA DO IMPÉRIO (C. 1920 – 1945)

Nuno Silva Costa¹

pp 41-68

Introdução

Terminado o período de ocupação efectiva dos mais importantes territórios coloniais africanos, dos fins do século XIX e inícios do século XX, e após o interregno da I Guerra Mundial, assiste-se em Portugal ao início da política que na época se designava por colonização efectiva.

Esta perspectiva ideológica era defendida, embora com variantes em determinado aspectos, tanto pela República como pelo Estado Novo, surgindo, nesta lógica, conceitos e concepções como as de “Nação Una” e de “Unidade do Império” que tinham como denominador comum a tentativa de criar uma relação íntima e interdependente entre a várias partes do império e em particular entre a Portugal continental e as colónias, tanto a nível logístico, mas principalmente ao nível das mentalidades.

Estas ideias não apareceram simplesmente do pensamento nacional. Eram também, em grande parte, resultado da nova conjuntura internacional após da criação da Sociedade das Nações, das negociações de carácter multilateral e da monitorização que os países coloniais faziam entre si para o cumprimento do novo direito internacional, que pouco beneficiava um pequeno país como Portugal, com escassos recursos para desenvolver territórios tão vastos.

¹ Mestrando em História cultural e Política na Universidade Nova de Lisboa

Tornou-se assim fundamental para Portugal mostrar e valorizar tanto no âmbito nacional no internacional as suas orientações ideológicas, acções de colonização e os próprios espaços coloniais, face a um imaginário nacional ambivalente sobre as colónias. Surgia assim, como um dos vectores fundamentais da política colonial, a propaganda. À imagem do que acontecia com práticas de outras potências coloniais, pretendia-se que esta propaganda tivesse um carácter moderno. É neste contexto que os mapas apareceram como imagens amplamente utilizadas, vulgarizando-se a cartografia como objecto de divulgação e propaganda.

Aspectos de produção e divulgação dos mapas de propaganda

Ao contrário do que acontecia até então, que as imagens cartográficas não eram muito divulgadas dada a sua complexidade de leitura e défice de circulação, com aparecimento de uma propaganda moderna, vivamente ilustrada e apelativa, os mapas vão ser profundamente utilizados como instrumento de propaganda e divulgação, aparecendo um diversificado número de instituições e indivíduos a produzir e difundir cartografia colonial, bem como, variadíssimas publicações desses agentes e instituições onde circulam os mapas. Estes agentes produtores situavam-se nos mais variados sectores de actividade portuguesa dos anos vinte e trinta, e pertenciam a várias instituições do sector público e privado.

Assim, nos mapas que foram objecto de pesquisa para este estudo conseguiram-se inventariar algumas tendências de autoria e de produção. Falamos em tendências porque a quantidade de mapas editados e a já referida diversidade de instituições produtoras é grande e dispersa o que, por si só, se torna já numa das características dos mapas de propaganda e que marca todos factores de análise externa do documento, mas que também impede a avaliação da real dimensão editorial dos mapas de propaganda.

Relativamente à autoria dos mapas há que distinguir vários tipos de responsabilidade intelectual dos documentos. Visto que estes documentos cartográficos nem sempre contêm dados relativos ao autor, facto que é mais evidente, por exemplo, nos mapas insertos na imprensa

periódica, surgem exemplares com responsabilidade apenas colectiva ou institucional e outros com autorias individuais e colectivas, já que os autores quase sempre trabalhavam para instituições que aprovavam a execução e edição dos mapas.

Como responsabilidade colectiva temos as equipas de redacção dos periódicos e revistas ilustradas de carácter privado, bem como as Companhias de Exploração, que incluíam uma grande panóplia de mapas nas suas obras de divulgação, quase sempre elaborados para venda nas exposições coloniais.

Da parte do sector público e das instituições oficiais de propaganda, como a A, a existência de mapas sem referência aos autores individuais é menos reduzida, embora grande parte das cartas que figuram em exposições nos pavilhões temáticos, não tenham qualquer referência a este elemento, pois estavam entregues a largas equipas de desenhadores, pintores e funcionários responsáveis pela decoração dos edifícios.

Existe, contudo, um grande número de mapas com autorias individuais reconhecidas. São sobretudo documentos que nasceram da iniciativa individual de funcionários do Estado ou de instituições privadas, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, que os projectavam, coordenavam e elaboravam a pedido e/ou em parceria com as entidades organizadoras das exposições. Há também uma tendência para apresentar os autores individuais dos mapas quando os documentos apresentam algum protagonismo especial: ou por terem sido elogiados posteriormente às exposições pela sua monumentalidade e impacto junto do público, ou porque os autores são individualidades de renome no seio da sociedade cultural e artística portuguesa. É o caso exemplo de uma reconstituição do planisfério de 1502, dito de “Cantino”, elaborada por Almada Negreiros, em 1937, ou os mapas de Duarte Almeida, desenhador conceituado e famoso pelos seus mapas humorísticos da II Guerra Mundial e por muitos dos cartazes de propaganda do Estado Novo).

Os espécimes onde, de forma genérica, surgem sempre as autorias são os mapas avulsos. Na sua maioria, estes são documentos realizados por professores de Geografia do ensino público que, com a chancela do Ministério da Educação, são editados como material pedagógico, por desenhadores de livrarias especializadas em material didáctico ou tipógrafos e tipografias que produziam mapas para concursos realizados

pelo mesmo Ministério quando adquiria material cartográfico para as escolas.

A esta diversidade dos agentes produtores junta-se igual variedade nos meios e/ou suportes onde circula e é utilizada a cartografia de propaganda. Desta forma, este tipo de mapas pode ser encontrado em diversas publicações de grande tiragem editorial coetânea, essencialmente nos periódicos nacionais e nos seus suplementos ilustrados dedicados às colónias e ao império português. São exemplos jornais importantes como o *Século* ou o *Diário da Manhã* e nos já mencionados jornais elaborados por agentes no terreno, como a *Gazeta das Colónias*, editada a partir de 1924, ou o *Jornal a Acção Colonial*, em 1932. Existe ainda um apreciável número de mapas em obras mais ou menos populares como nas revistas coloniais ilustradas ou obras de divulgação de carácter descritivo, como monografias e relatos de viagem.

Entre os mapas editados existe também um razoável número de mapas avulso grande parte deles parietais e murais, que eram utilizados na decoração de exposições e edifícios, nas paredes das salas de aula como instrumentos pedagógicos, como documentos para oferta a individualidades e instituições e para venda ao público, em papelarias e quiosques. Mas, é nas exposições coloniais de âmbito nacional e internacional, e posteriormente nos álbuns editados de comemorações dessas exposições, que a cartografia mais circula e se divulga. É também nestas exposições que se assiste a uma significativa utilização de mapas científicos editados por instituições, como a Comissão de Cartografia e outros serviços de investigação científica creditados, como departamentos de investigação académica que, sendo convidados a fazer parte das exposições, mostram os seus mapas como resultado das investigações e trabalhos realizados. Claro que, para os organizadores das exposições, era mais uma forma de evidenciar o que se estava a realizar em termos coloniais, apropriando-se e, por vezes até, instrumentalizando a cartografia científica como propaganda política e ideológica.

Apesar da divulgação de cartografia de propaganda ser constante e até massiva ao longo do período de estudo, observa-se que esta não é uniforme quanto às instituições produtoras e meios de divulgação. Assim, numa primeira etapa que compreende os anos de 1920 a 1925 e que coincide com as medidas de colonização e fomento de Norton de Matos, a produção é sobretudo impulsionada por grupos privados

de colonos nas suas publicações ou por empresas comerciais e de exploração que se apercebem da oportunidade económica dada pelo impulso estatal no contexto do regime de Alto Comissários.

Da parte do Estado, e apesar da criação da Agência Geral de Angola, esta limitava-se a distribuir alguns panfletos informativos² aos colonos quando do embarque para África. Quando eram editados mapas de divulgação estes eram sobretudo elaborados por departamentos ou repartições públicas nas colónias.

Ao tipo de divulgação anterior junta-se, a partir de 1925, o impulso significativo dado pela A.G.C. na elaboração de cartografia de propaganda, não só em quantidade mas, sobretudo, nos meios para a divulgar. A importância dos mapas parietais das exposições como forma de propaganda e as constantes alterações nos programas escolares para introdução de conhecimentos coloniais, vieram aumentar a produção cartográfica.

Mas foi com o advento do Estado Novo que a cartografia de divulgação atingiu a sua máxima diversidade de produção. Aparecem mais grupos e organizações, como o S.P.N e a União Nacional, e estreita-se cooperação com organismos já existentes, em particular com a Sociedade de Geografia de Lisboa, diversificando-se também os meios e até os conteúdos das imagens cartográficas, numa propaganda mais efectiva e organizada, a que adiante se fará referência.

Assim, a referida diversidade dos mapas de propaganda vai permitir que estes sejam amplamente difundidos pelas mais variadas camadas da sociedade portuguesa – desde as edições de luxo direccionadas às elites, às publicações de acesso generalizado como é caso da imprensa diária até a escalões etários específicos com são os mapas escolares.

Mas, para que o público faça uma leitura e interpretação eficaz dos documentos e as suas mensagens sejam transmitidas de modo directo e acessível, são produzidos mapas simplificados nas suas características formais e no conteúdo. A simplificação da informação é uma das principais características da cartografia de propaganda, já que os mapas são elaborados com um mínimo de informação espacial e grandes omissões dos seus elementos, como as escalas, a legenda e a orientação.

² Dos quais não se encontram exemplares.

Para camuflar a falta de informação utilizam-se, maioritariamente, mapas de pequena escala que permitem generalizar os fenómenos e preencher os espaços vazios com mais facilidade, distorcendo por vezes a própria figuração e aumentando o impacto visual do documento. Dava-se primazia à elaboração de mapas que representassem um único tipo de fenómeno. A este tipo de documento que hoje se designa por mapa analítico, enquanto documento de índole científica, na época eram incluídos numa tipologia que os classificava de mapas “monotemáticos”.

Por vezes estas imagens cartográficas tornam-se sofisticadas do ponto de vista gráfico e iconográfico. Os mapas são muitas vezes desenhados por equipas de redacção ou indivíduos sem qualquer treino científico em cartografia, ou por cartógrafos e desenhadores experientes que conseguem distinguir perfeitamente as diferenças entre um mapa elaborado com a intenção de servir para o trabalho científico, daquele para divulgar junto de um público alheio às regras cartográficas.

Desta forma, não foi o público que melhor começou a compreender os documentos, mas foram os próprios propagandistas que, compreendendo o potencial dos mapas, os tornaram de fácil leitura e os aproximaram do seu nível interpretativo, ainda que para tal tivessem de negligenciar algumas preocupações de rigor científico. Este descuidar do rigor científico por vezes, criou verdadeiros confrontos pessoais e institucionais entre responsáveis pela elaboração e publicação de cartografia de propaganda e de cartografia científica, com resistências destes últimos às publicações de propaganda (Cfr. COSTA, Nuno Silva, 2006).

Mas o valor dos mapas na propaganda não era só o sugestivo. Tinham antes de mais o papel de persuadir e comprovar a veracidade das mensagens. O mapa sempre foi visto como um documento de evidência ou de prova de factos, acontecimentos ou fenómenos. Este aspecto de autoridade do documento cartográfico tornava-o fundamental para o convencimento do público. O que está no mapa é a realidade daquilo que existe no espaço como tal, a sua mensagem é encarada como verdadeira.

O recurso a figuras de autoridade, como forma de apoiar uma ideia, argumento ou alguma acção que se pretende tomar, sejam elas citações, declarações de indivíduos credenciados e de documentos cientificamente creditados, é uma das técnicas mais utilizadas em

propaganda, e documentos como os mapas, as tabelas estatísticas ou gráficos serviam amplamente para esta necessidade de tornar real a mensagem e efectiva a sua transmissão (Cfr. PIZARROSO QUINTERO, Alexandro, 1993).

Partindo destes aspectos gerais sobre a produção de cartografia de propaganda coeva, torna-se agora fundamental compreender como se figuravam os então espaços coloniais. Isto é, que tipo de imagens, quais as formas e técnicas cartográficas que eram utilizadas na construção interna dos documentos e como estas tentavam criar e divulgar determinadas representações sobre os territórios ultramarinos junto do público tendo em conta as características do imaginário colonial da época, as transformações das visões ideológicas e do próprio sistema colonial.

Mapas e Civilização

Um dos principais argumentos do pensamento colonial português consistia na ideia da urgente necessidade de civilizar os territórios coloniais e a sua população. A prática desta orientação passava, como se viu nos discursos oficiais de Norton de Matos e Armindo Monteiro, por uma colonização efectiva dos territórios com população branca, assimilando a população autóctone e criando infra-estruturas modernas no território.

Estas preocupações repercutiram-se na cartografia divulgada sobre os territórios, sobretudo, por uma figuração dos espaços que privilegiava a representação dos elementos de organização colonial. Assim, os mapas que se enquadram neste tipo de representação, pretendem demonstrar as práticas de colonização portuguesa nos territórios e têm como função divulgar uma imagem positiva da colonização e desenvolvimento dos espaços ultramarinos, bem como as possibilidades económicas que o ultramar oferecia.

Isto pressupunha apresentar ao público mapas onde se demonstrava que os vários territórios ultramarinos estavam organizados e possuíam uma panóplia de infra-estruturas que lhes permitia sair de uma era primitiva e estar mais próximos de parâmetros ocidentais. Esta preocupação fez surgir uma multiplicidade de imagens cartográficas diversificadas nos aspectos e elementos da colonização a apresentar.

Assim, são difundidos mapas de várias temáticas que testemunhavam as acções no domínio da civilização dos territórios. Mapas que provavam a capacidade empreendedora de Portugal como país colonial, sendo por isso constantes as representações de pormenores relativos à acção portuguesa surgindo, logo no início da década de 1920, vários mapas, sobretudo em revistas, que demonstravam aspectos dos planos de fomento realizados pela administração pública. Desta forma, aparecem documentos cartográficos em que a temática incidia na rede telegráfica, na rede de ferroviária e na rede viária. Normalmente, este tipo de mapas tinha a particularidade de apresentar os elementos já existentes e de adicionar sobre o território os projectos que se pensava vir a tornar realidade.

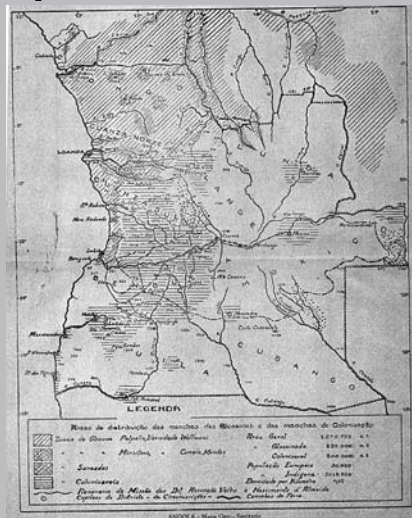
Esta propaganda de desenvolvimento colonial tinha como objectivo primordial a “caça ao colono”, com o intuito de afirmar a mais-valia da emigração para as colónias dado o progresso que estas estavam a alcançar. Mas para tal, havia que divulgar outras imagens, para além das do progresso das infra-estruturas de comunicação, que afectavam mais directamente a vida de um possível colono ou grupo de colonos – as condições de habitabilidade e trabalho das áreas de destino.

O **mapa 2** é provavelmente um dos mapas que melhor demonstra a necessidade de se transmitirem imagens que possibilitassem aos interessados em emigrar, comprovar que os espaços de destino tinham condições de adaptação para o europeu. No mapa, que foi editado em 1928, numa obra com o título *Cartilha Colonial*, obra essa que pretendia ser de esclarecimento e divulgação de conhecimentos úteis sobre as colónias, encontram-se figuradas as regiões de Angola sanitariamente colonizáveis, quer por serem naturalmente aptas ou por terem sido saneadas pela administração. Por sua vez, também são discriminadas as regiões infectadas por glossinas e passíveis de existirem doenças como a tsé-tsé. Para afirmar a veracidade e autoridade do documento o autor coloca na legenda a informação do itinerário de uma missão médica que reconheceu e distinguiu as várias regiões descritas.

A importância deste mapa está não só na informação que disponibiliza mas, sobretudo, no que representa para uma nova imagem dos espaços coloniais, vindo assim contribuir para a recriação das representações que existiam, no grande público, sobre os territórios tentando-se eliminar as ideias negativas sobre as colónias como terras

de enfermidade e doença. Afirma desta forma o autor no preâmbulo da obra:

Mapa 2



“Angola: Mapa Geo – Sanitário”. - [Escala indeterminada].- in: Pedro Muralha – *Cartilha Colonial: Breve Resenha Histórica, Geográfica e Económica das Colónias Portuguesas na Africa, América, Ásia e Oceânia*, tip. Luso-gráfica, Lisboa 1928.

Durante mais de quatro séculos as nossas possessões ultramarinas foram consideradas como regiões vastíssimas e insalubres; inhospitos sertões cheios de feras.

A frase «costa d’ Africa» só nos fazia chegar á mente o crime, pois só para lá iam degredados que o clima, que se dizia mortífero, castigava impiedosamente.

E todavia Africa tem regiões onde o clima é tão benigno como na Europa; onde se encontram vastíssimos campos de produção, onde o homem que trabalha vê a compensação do seu trabalho.

Em Africa, muito ao contrário da Europa, não há mendigos nem ladrões. Dorme se com as portas abertas, sem receio dum assalto; ali ninguém pede esmola porque todos trabalham e todos recebem o produto do seu labor.

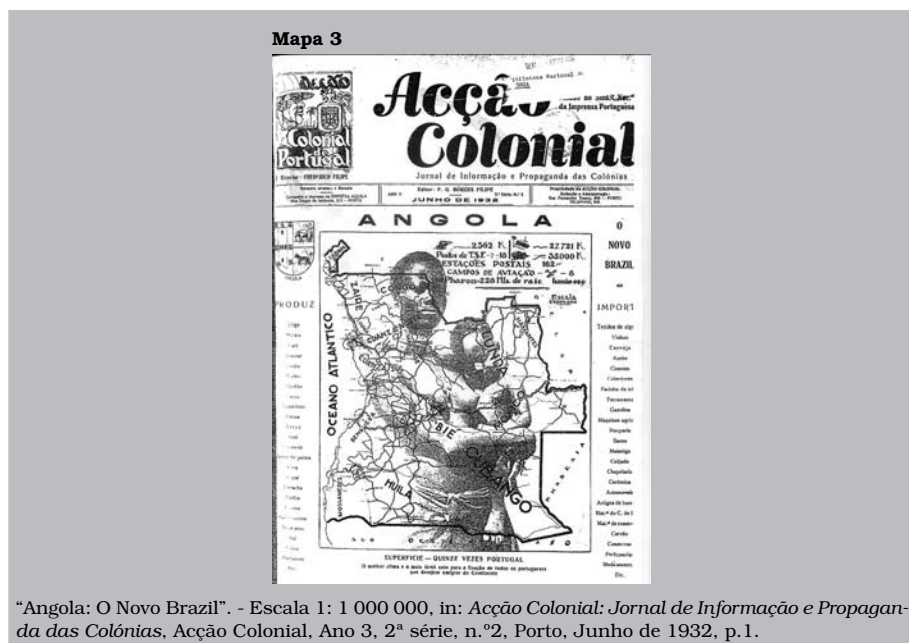
Quem percorre a Africa numa excursão de estudo, antes que o não queira, ficará eternamente um propagandista desse vastíssimo

império que os nossos antepassados nos legaram e que todos os portugueses têm obrigação de conhecer.

(MURALHA, Pedro, 1928, p. 5)

Com o Estado Novo e a sua “Política Imperial”, estas representações dos espaços ultramarinos destinadas a vender uma imagem de civilização e progresso vão continuar, mas de uma forma mais exuberante, apelativa e massiva e com um cunho muito mais ideológico. Os mapas vão reflectir estes desígnios do regime, tanto nos aspectos gráficos da sua composição como nas mensagens divulgadas.

O **mapa 3**, editado na primeira página de um periódico com clara identificação com o regime demonstra as considerações que se acabam de fazer³.



Apesar de o mapa não diferir muito dos então editados, no referente à informação e fenómenos figurados, marca uma estética e retórica mais agressivas por parte do novo regime. No mapa continua a dar-se

³ Repare-se por exemplo na imagem no canto superior esquerdo da página, de aproximação às concepções estéticas do Estado Novo.

primazia à demarcação da rede de transportes e comunicações coloniais existentes no território e, como fundo da mancha gráfica, uma imagem atraente de uma mãe africana, especialmente bem nutrida, é o único elemento autóctone que se figura.

Ajudando a potenciar as características retóricas da imagem cartográfica encontra-se a expressão que dá conta de Angola como “O Novo Brasil”, descrevendo-se de seguida os produtos produzidos e importados pela colónia. Esta ideia do “novo Brasil” não era difundida com a intenção de desviar a corrente migratória para aquele país, tal como se pretendia na política de colonização republicana, mas sim chamar a atenção para os recursos ilimitados do território angolano (que tal como o Brasil tinha dado enormes riquezas aos portugueses), dando-se para isso destaque a produtos produzidos do tipo alimentar e aos minerais de grande riqueza comercial como os diamantes ou o cobre, e às importações de produtos importantes para a colonização como as máquinas agrícolas, as ferramentas e os medicamentos.

Por fim, de uma forma descomprometida, que era aliás a configuração como o Estado Novo pretendia continuar nesta fase a colonização dos territórios, baseada numa colonização de carácter privado, refere-se na parte inferior do mapa: «Superfície – Quinze vezes Portugal. O melhor clima e o mais fértil solo para a fixação de todos os portugueses que desejem emigrar do Continente».

Mapas e memória do império

Apesar dos grandes esforços em realizar uma propaganda que divulgasse imagens da acção presente da colonização e progresso das colónias portuguesas, a verdade é que no discurso não deixava de transparecer a incipiente colonização nacional, sobretudo externamente, quando comparada com a de outras potências. Por isso, a criação de uma unidade entre as várias partes do Império necessitava de argumentos mais profundos que sensibilizassem a opinião pública.

Desta forma, um segundo tipo de Cartografia utilizada como propaganda colonial prendia-se com a divulgação de mapas que mostravam aspectos históricos da colonização. Evocavam-se os feitos portugueses no passado e lembrava-se, persistentemente, aspectos da memória

colectiva ao mesmo tempo que a perpetuava com o intuito de criar uma maior unidade e identidade entre os portugueses e os territórios ultramarinos, numa verdadeira apropriação da História e da Cartografia como veículo de persuasão e, por vezes, de manipulação do passado⁴.

Os mapas de propaganda, ou os utilizados como propaganda, que se enquadram neste tipo de representações são constituídos por três grupos, a saber: Cartografia antiga, existente nos arquivos e bibliotecas nacionais, que provava as acções de expansão e colonização de Portugal ao longo dos séculos e que tinha, do ponto de vista do observador, grande valor estético e exótico; mapas temáticos, quase sempre planisférios, aludindo a factos da História da colonização, desenhados à mão, utilizando técnicas de pintura a guache ou a óleo e que se caracterizavam pela monumentalidade das suas dimensões, dos efeitos cénicos e riqueza simbólica; e, em menor quantidade, mapas onde se encontra a simbiose entre os grupos anteriores e se caracterizam pela utilização de bases cartográficas históricas que sofrem alterações na informação e estética, numa relação entre a Cartografia e a arte⁵.

Para além do objectivo de perpetuar a memória da colonização, os mapas tinham efeitos imediatos na divulgação das ideias que constituíam o pensamento colonial contemporâneo que insistia na ideia de que Portugal era um país intrinsecamente colonizador. Este argumento era aproveitado especialmente no exterior para assinalar a posição nacional como uma das mais importantes potências coloniais da época, dada a sua importância ao longo dos tempos para a descoberta, expansão e colonização europeias.

Os locais privilegiados para a divulgação desta Cartografia eram as exposições nacionais e internacionais comemorativas da colonização e posteriormente nos álbuns, catálogos, revistas e jornais que davam conta da realização ou participação de Portugal nesse tipo de eventos. Almada Negreiros, num artigo sobre a participação de Portugal na

⁴ Sobre a relação entre História e Memória em Portugal ver, Luís Reis Torgal, et al. – *História da História em Portugal Sécs. XIX – XX*, vol. II, Temas e Debates, Lisboa, 1998, particularmente o capítulo de Fernando Catroga, “Ritualizações da História”, pp. 221 – 361.

⁵ Cosgrove, Denis – “Maps, Mapping, Modernity: Art and Cartography in Twentieth Century”, *Imago Mundi*, vol. 57, Part 1, 2003, pp 35 – 54.

exposição de Paris de 1931, refere nestes termos os objectivos e acção de propaganda dos mapas antigos presentes no pavilhão nacional:

Os “mapa-mundi”, as “cartas” geográficas e os portulanos dos séculos XIV, XV e XVI, existentes nas principais bibliotecas da Europa, especialmente na de Paris, não nos contestam a prioridade dos descobrimentos. E são estes os “documentos mais autênticos dos factos confirmados”. Portugal sulcou mares «nunca dantes navegados» e descobriu a “Terra Incógnita”. O seu justo orgulho impunha o dever de, para sempre, conservar e difundir a memória destes factos, que ennobrecem não só a sua raça mas tôda as raças humanas.

[...] Honrando a mais gloriosa tradição histórica do mundo moderno, as nossas exposições no estrangeiro não têm deixado de mostrar, ao lado do que valem como potência progressiva, o que fomos como nação marco-miliário da História.

[...] Por isso, nas Exposições de Anvers e de Paris (1930 e 1931), ocuparam tão largo espaço a Cartografia antiga, a epistolografia colonial e os «padrões» que Portugal mandava colocar nas colónias como monumentos indestrutíveis da sua glória eterna.»

[...] Assim se completa e se explica a obra de propaganda excelente que representam as nossas últimas exposições coloniais no estrangeiro, apoiadas nos alicerces poderosos da mais original e da mais persistente das colonizações. Tão afeitos andamos a não crer no que valem, que até entre nós esta propaganda precisa ainda de ser feita. O reflexo do que ela produziu no estrangeiro bastaria talvez para elevar as almas portuguesas até à contemplação maravilhada da sua expansão em todo o mundo. E, comparando o “mapa-mundi” de “Pomponius Mela” (1482), com os de Maltebrum e Elisée Reclus, ver-se-ia como Ernesto de Vasconcelos e Roma Machado tiveram razão, oferecendo aos pavilhões históricos de Portugal o planisfério luminoso, que constitui admiração de toda esta gente ignorante da geografia... e da História.

(NEGREIROS, Almada, 1931, pp. 53-57)

A divulgação de Cartografia antiga, especialmente de portulanos e de exploração terrestre, não era novidade em termos de propaganda.

Por exemplo, já na 1ª metade do século XIX, o Visconde de Santarém organizara e editara um atlas onde compilava material cartográfico dos séculos antecedentes⁶ e a Sociedade de Geografia de Lisboa, realizava em 1904, uma primeira grande exposição de Cartografia⁷. Claro que nos momentos em que foram realizados estes eventos, o sentido da sua divulgação estava em apresentar provas do direito histórico de Portugal sobre a posse dos territórios coloniais⁸. A sua difusão foi também limitada: os atlas do Visconde de Santarém eram claramente para oferta a individualidades internacionais, instituições de carácter científico e para serem utilizados em reuniões onde se discutia a partilha dos territórios, e a exposição de Cartografia realizada na própria Sociedade de Geografia Lisboa teve como visitantes os sócios ou os indivíduos pertencentes às elites com interesses coloniais.

Assim, o que caracteriza a divulgação de Cartografia antiga no período entre guerras é simplesmente a sua maior utilização em eventos de massas e o aproveitamento de mapas, que se consideravam já como antigos, que davam conta das explorações terrestres, da penetração no interior dos continentes e das campanhas de pacificação do final do século XIX e início do XX⁹.

Contudo, há que destacar que a utilização Cartografia antiga varia ao longo do período em estudo. Isto é, antes da Exposição de Antuérpia, em 1930, o único evento conhecido, onde foi divulgada Cartografia antiga portuguesa foi na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1922, onde, a pedido da comissão organizadora brasileira, foram enviados mapas do Brasil pela Sociedade de Geografia de Lisboa, não

⁶ Santarém, Visconde de - *Atlas composé de cartes des XIVe, XV, XVI et XVII siècles: pour la plupart inédites, et devant servir de preuves à l'ouvrage sur la priorité de la découverte de la Côte Occidentale d'Afrique au delà du Cap Bojador par les portugais*, Paris, s.n., 1841. Este atlas foi reeditado em 1842, 1849 e 1855.

⁷ Vasconcelos, Ernesto de - *Exposição de Cartografia Nacional: 1903-1904*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1904.

⁸ Para uma visão diacrónica e aprofundada sobre as reedições e utilizações de Cartografia antiga ver: Garcia, João Carlos - "Um Castelo de Cartas Antigas. Construir e Comemorar o Império", in *Os descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa (1880 -1972)*, Edições Colibri, Lisboa, 2005, pp. 167 - 187.

⁹ Por exemplo a Exposição Internacional de Paris contou com a presença de trinta e seis milhões de visitantes.

se podendo portanto encarar como propaganda premeditada e organizada por Portugal¹⁰.

A partir de 1930, e com claras influências da ideologia do Estado Novo, a apropriação e utilização de mapas antigos vai ser amplamente difundida com o intuito de criar um espírito nacionalista em torno do império e revertê-lo na ideia de ressurgimento nacional. Por isso, os mapas antigos utilizados para os eventos propagandísticos do Estado Novo vão ser especialmente bem escolhidos.

Para a I Exposição Colonial do Porto, em 1934, por exemplo, na sala do Arquivo Histórico Colonial, vão ser apresentados mapas de momentos específicos da História da expansão portuguesa em que houve avanços claros na colonização. Assim, mapas do Brasil, do Padroado Português na Índia, das expedições científicas do século XIX e de operações de militares de pacificação, encontravam-se junto dos mapas de propaganda, que mostravam as riquezas de Angola, mapas científicos, que expressavam a ideia de colonização científica do ultramar, e mapas de assistência ao colono e ao indígena, que mostravam o progresso e civilização dos territórios¹¹.

Todas estas imagens se conjugavam no intuito de criar uma consciência imperial que visse no próprio regime um movimento de continuidade dos maiores feitos do passado colonial nacional e tentasse transformar a percepção que a opinião pública tinha desde o final do século XIX, de um passado colonial glorioso em confronto com um presente de decadência e degeneração. Esta utilização de Cartografia antiga como veículo de propaganda terá o seu máximo expoente na década de 1960 com a monumental edição dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*.

Mas o que surge de pioneiro em termos de propaganda cartográfica que demonstrava o passado colonizador português foi a criação de mapas parietais desenhados especialmente para os eventos de propaganda. Voltando às palavras de Almada Negreiros, este refere a existência de um planisfério luminoso, oferecido por Ernesto de Vasconcelos e Roma

¹⁰ *Livro de Ouro Commemorativo do Ccentenário da Independencia do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, Anuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1923.

¹¹ Ver número especial dedicada à Exposição Colonial do Porto do *Boletim Geral das Colónias*, Agência Geral das Colónias, , Ano X, n.º 109, Lisboa, 1934.

Machado e que foi uma das grandes atracções do pavilhão português na Exposição Colonial de Paris, de 1931.

Na verdade, o planisfério luminoso não foi realizado por aquelas duas individualidades, ao contrário do que as palavras de Almada Negreiros possam sugerir. Foi sim coordenado por eles, já que o seu autor, Victor Ventura Ferreira, era funcionário da Sociedade de Geografia de Lisboa, instituição que na época tinha como secretário perpétuo Ernesto de Vasconcelos, cargo que depois da sua morte durante no ano de 1930 passou a ser ocupado por Carlos Roma Machado. Vale a pena seguir o trabalho de Victor Ventura Ferreira, especialmente o relativo ao planisfério luminoso, já que este será um modelo para a realização de mapas semelhantes nos eventos propagandísticos subsequentes.

Após a realização da exposição em Paris, e dada a relevância que obteve o seu planisfério, Victor Ventura Ferreira escreve um artigo para o *Boletim da Agência Geral das Colónias* onde explica a forma como realizou o trabalho. O ponto de partida da sua descrição começa num mapa por ele realizado para a exposição de Antuérpia. O *Esboço Das Grandes Viagens Marítimas dos Portugueses* estava colocado na recepção do pavilhão português na Bélgica e tinha segundo o autor as seguintes características:

[...] surgiu das clássicas dimensões livresas, e pela primeira vez, em exposições desta natureza, um sintético mapa da nossa principal epopeia marítima, enquadrado nas dimensões de 2m,5 por 1m,5 de altura, pintado a gouache, planisfério onde as caravelas indicativas das direcções das rotas não atingiam grandeza superior a quatro centímetros, singelo de aspecto, todavia elucidativo quanto possível [...]

(FERREIRA, Victor Ventura, 1931, p. 124)

O referido esboço foi o primeiro mapa realizado pelo autor, recorrendo à pesquisa documental, pois nele figuravam as rotas dos Cortes Reais, David Melgueiro, Álvares Fagundes, Fernão Magalhães e Vasco da Gama, e à aprendizagem de técnicas de desenho. No seu artigo agradece ao sr. dr. Armando Cortesão, que na Bélgica tão distintamente elevou Portugal, o ensejo que me proporcionou de observar modernas

orientações de técnica cenográfica, obtidas quando da nossa estada ali, e de que colhi ensinamentos.

(FERREIRA, Victor Ventura, 1931, p. 131)

Tendo em vista a exposição parisiense, Victor Ventura Ferreira, propõe ao Comissariado da Secção Portuguesa na Exposição Colonial de Paris, o projecto de construção de um novo planisfério. Segundo o autor, a discussão para a figuração dos elementos que haveriam de constituir o planisfério foi realizada em reunião de grupo do Comissariado, determinando-se, em linhas gerais, que este devia representar as principais rotas das viagens dos descobridores portugueses e, por ideia do Conde de Penha Garcia, dar destaque ao Brasil como modelo da colonização portuguesa numa época em que as outras potências pouco mais tinham do que feitorias. Assim, começaram-se os trabalhos com a ajuda do Almirante Gago Coutinho, que traça as rotas das viagens dos principais navegadores, auxílio que o autor não se cansa de referir pois imprimia ainda mais prestígio e autoridade ao mapa.

Mapa 4



O sr. Vitor Ventura Ferreira junto do grande planisfério dos Descobrimientos Portugueses que ele desenhou e que tão grande êxito alcançou na Exposição de Vincennes, in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, Ano 7º, n.º 78, Dez. 1931, p. 125.

Com seis metros de comprimento e três metros e meio de altura o *Planisfério das Grades Viagens Marítimas dos Portugueses*, pintado a óleo, figurando as principais rotas marítimas e toponímia dos principais núcleos de fixação de colonos portugueses, era um “mapa monumento”. Mas o que mais o caracteriza é a técnica cenográfica utilizada, onde a cor é, mais uma vez, factor primordial na propaganda como elemento

de efeito preponderante na força persuasiva da imagem e na sua função de transmissão de concepções ideológicas¹².

O autor pinta na tela a cor azul, os oceanos e a verde o interior dos continentes deixando sem cor a toponímia, o contorno dos continentes e as rotas marítimas. No verso do planisfério foram colocadas lâmpadas suspensas que faziam sobressair os fenómenos representados sem cor tornando-os luminosos, dando-se assim destaque pelo contraste da luminosidade à grandeza passada dos portugueses na descoberta e colonização da “terra incógnita”.

Para isso contribui a própria escolha das rotas marítimas a desenhar¹³. Para além das rotas que possibilitaram a descoberta dos domínios coloniais da época, figurou-se, através do desenho de caravelas e linhas a viagem de circum-navegação, a da descoberta do Brasil e Florida que contribuíam para mostrar a presença portuguesa em quase todo o globo. Para além deste mapa na exposição de Paris outros reafirmavam a força das representações do passado colonizador de Portugal. Descreve, Vítor Ventura Ferreira em jeito de conclusão do seu artigo:

Em Paris, na mesma sala, a par do Planisfério, outros se destacam. A «Expansão Colonial Portuguesa no Século XVI» e a «Carta das Missões Portuguesas Através dos Séculos», juntamente com as «Viagens e Descobertas Marítimas ordenadas pelo Infante D. Henrique». Assuntos duma preciosidade histórica [...], provando-se assim quanto influi a magnificência duma exibição, efeito que se não manifesta apenas no chamado grande público, mas ainda nos cultos, nos médios, nos críticos e até nos cronistas.

(FERREIRA, Vítor Ventura, 1931, p. 131)

¹² O Planisfério encontra-se ainda hoje na Sala Algarve, da Sociedade de Geografia de Lisboa.

¹³ *Portugal : Planisphère des Grands Voyages et Découverts Maritimes des Portugais*, Société de Géographie de Lisbonne, Bruxelles, 1938. Esta obra é uma listagem editada para a exposição de Bruxelas com a indicação dos nomes dos navegadores e datas das rotas marítimas figuradas no Planisfério.

Mapas e grandeza do império

Em relação com a divulgação de imagens sobre o papel civilizador e a glorificação do passado colonizador português encontrava-se a ideia, que começa a ser propagandeada pelo Estado Novo, da grandeza da dimensão territorial e vastidão dos domínios do Império. A Cartografia de propaganda neste contexto irá ser particularmente fecunda do ponto de vista da sua construção técnica, força persuasiva e ideológica e, é particularmente interessante, porque demonstra o carácter educativo que Salazar queria imprimir à propaganda colonial. Por essa razão, grande parte dos mapas que se enquadram neste tipo de representação será constituída por documentos que mostram simplesmente a localização geográfica das colónias, na senda do conceito instituído pelo Acto Colonial, de um império de características pluricontinentais. E também, mapas que apresentam aspectos ligados directamente com outro dos conceitos expressos no mesmo documento de um império multiracial. Tudo isto com o intuito pedagógico de dar a conhecer, a uma população pouco instruída, a localização e características das parcelas do império e integrá-las dentro das perspectivas ideológicas que o regime tinha para a criação de uma consciência e mística imperiais.

Do ponto de vista da dimensão externa da propaganda, estas representações tinham como objectivo afirmar o lugar de Portugal como a quarta maior potência colonial do Mundo, em termos de dimensão espacial, apostando-se assim em imagens de força patriótica e nacionalista que serviam para conter, no campo simbólico, as crónicas ameaças externas à integridade do império numa época em que os nacionalismos estavam em plena afirmação e consolidação na Europa.

Em 1934, no seguimento da Exposição Colonial do Porto, num artigo editado no *Boletim* da A.G.C., espécie de roteiro informativo e descritivo dos conteúdos das várias salas temáticas da exposição, refere-se:

«Em continuação com a secção histórica, de que a Sociedade de Geografia fez magnífico pórtico evocativo, acha-se instalado o Arquivo Histórico Colonial. Outras frases se lêem em diversos lugares da nave, – pensamentos de amor pátrio, de legítimo amor próprio nacionalista, de confiança no futuro. Algumas delas: “A assistência aos indígenas, nas colónias portuguesas, pode

constituir exemplo para todos os colonizadores”; “Em todos os pontos das colónias temos uma estrada, um português, telefone”; “Não há colónias portuguesas sem metrópole forte” [...] “Pacifiquemos todo o território do Império”; “Levamos a ocupação por todo o território do Império”, etc. E tudo isto se prova, em números, em gráficos, em fotografias [...]; e, acima do mais, pela apresentação das aldeias indígenas, que permitem avaliar o grau de desenvolvimento das raças portuguesas e a sua integração perfeita na ideia do Império. Ao lado daquelas, outras frases estão certíssimas: “O Estado Novo fez ressurgir o Império Colonial”; “Incuti nos vossos filhos o orgulho pela obra portuguesa da colonização”; “Fazei por conhecer o que é vosso em quatro partes do Mundo”; “Interessando-vos pelas colónias, defendereis os vossos interesses”; “Ensinai as crianças a amar as colónias”; “Portugueses, as colónias precisam do vosso esforço!”; “Portugal não é um país pequeno!”» (Boletim Geral das Colónias, 1934, p. 308)

No rescaldo da exposição portuense é elaborado, entre as variadíssimas obras editadas, um elogioso álbum comemorativo da realização do evento. Nele surge pela primeira vez um mapa que irá marcar a Cartografia de propaganda portuguesa neste domínio e fará parte do imaginário nacional nas décadas seguintes¹⁴.

Portugal não é um País Pequeno expressa a ideia de um Portugal grandioso na sua dimensão territorial e tenta criar valores patrióticos em torno da ideia de império português que afinal, dadas as suas dimensões, podia competir com as maiores nações europeias, tendo também a intenção de incutir no espírito nacional a noção de pertença a uma nação forte, eliminando os sentimentos de pessimismo, descrença e inferioridade enraizados na mentalidade nacional. Na dedicatória para o álbum fotográfico da exposição, onde mais uma vez se reproduz o **mapa 5**, escreve Henrique Galvão:

*ÁLBUM FOTOGRÁFICO da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa
é a última publicação da série comemorativa deste certame.*

¹⁴ Galvão, Henrique – *Álbum comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*, Litografia Nacional, Porto, 1935, p. 52.

É também, entre todas, aquela que mais expressivamente manterá a lembrança de um acontecimento que interessou profundamente todo o País, e perante o qual milhão e meio de portugueses, dentro das mais impecáveis ordens política, social e espiritual, compreenderam que não eram habitantes de um país pequeno. A esse sentimento renascido juntou-se uma conquista de utilidade prática imediata: A Obra do Estado Novo – que é uma obra generosa digna de país grande – foi mais sentida e compreendida por aqueles em quem renascia o orgulho de serem grandes.

(Álbum fotográfico da Exposição Colonial Portuguesa ..., 1931).

Estas palavras do autor do mapa expressam bem a dimensão simbólica e ideológica do documento, mas este fica ainda marcado pelas suas características de construção gráfica e pela divulgação que teve junto de vários públicos.

Quanto à construção interna sobressai desde de logo o impacto visual que a sobreposição das colónias portuguesas tem sobre o mapa a Europa, ocupando a figuração dos territórios ultramarinos a parte do continente europeu, desde a Península Ibérica até à fronteira russa, cobrindo, deste modo, os territórios de vários países. Para reafirmar este intento é colocada uma legenda onde se compara a superfície do “Império Colonial Português” com a dos principais países da Europa (Espanha, França, Inglaterra, Itália e Alemanha), ficando provado por quilómetros quadrados que Portugal Imperial era maior do que as cinco principais nações europeias¹⁵.

¹⁵ Embora não haja nenhuma referência directa a fontes de inspiração para fazer este mapa a verdade é que na Alemanha Nazi, a produção cartográfica de propaganda coeva, mostrava frequentemente através da técnica de sobreposição as pretensões, baseadas na conceito de “Espaço Vital”, do regime relativamente aos territórios europeus vizinhos. Na Itália fascista também este tipo de figuração era bastante utilizada, nomeadamente aquando da guerra da Etiópia, em 1935 e 1936, e subsequente propaganda da criação do Império Fascista. Mas os “primórdios” deste tipo de técnica foram os mapas geopolíticos de propaganda no contexto da I Guerra Mundial por ingleses e alemães, como será igualmente utilizada pelas forças beligerantes da II Guerra Mundial.

Mapa 5



Portugal não é um País Pequeno / Mapa organizado por Henrique Galvão. - Escala [ca. 1:14 000 000]. - Lisboa : Secretariado da Propaganda Nacional. - 1 mapa, color, papel. - 36,90 x 55,00 cm em folha de 46,80 x 64,60 cm

Esta comparação entre império e país só tinha sentido dentro da lógica da propaganda política e num país onde, a grande maioria da população era inculta e com pouco conhecimento das realidades da sua e das outras potências coloniais. Orlando Ribeiro escreverá cinco décadas depois, num dos seus muitos textos de intervenção cívica, que marcam a sua bibliografia no pós 25 de Abril, na fase de discussão acesa sobre o modelo de descolonização seguido:

A conferência de Bandoeng, em 1955 [...], marca verdadeiramente o fim dos impérios coloniais, voltando contra a dominação europeia o justo ressentimento da espoliação económica, da dominação política e do nível miserável de vida e de educação. [...] Temos de convir que um pouco de reflexão e de sentido das realidades permitiria ir esclarecendo e preparando uma situação que o governo actual teve de encarar com corajoso realismo.

Muita gente tem na cabeça as solenes patacoadas que em quase 50 anos lhe foram abundantemente servidas:

«Portugal não é um país pequeno», mostrava um mapa que estendia pela Europa os nossos territórios africanos (mas só o Congo Belga era mais extenso do que todo o ultramar português (RIBEIRO, Orlando, 1974, p. 14).

À parte das considerações socio-políticas de Orlando Ribeiro, fica bem expresso a desproporção do mapa com a realidade ou pelo menos a comparação, no mínimo ilegítima, entre espaços de grandezas diferentes. Mas, na propaganda, os fins justificam os meios nem que para isso se instrumentalizem técnicas e práticas científicas, pondo assim de forma mais evidente o carácter ideológico da própria Ciência¹⁶.

A sobreposição de espaços no mapa cria também, ao nível cognitivo, um efeito propagandístico interessante. Ao contrário da maioria dos mapas de propaganda, que se pretendem de leitura simples, este não parece ser de fácil apreensão. Ao visualizar o mapa pela primeira vez, fica-se com a sensação de que não se compreende o fenómeno figurado, pois a sobreposição dos espaços torna a leitura confusa, mas pela curiosidade que cria no leitor, idêntica à de um *puzzle* ou quebra-cabeças, este é apreendido não ficando esquecido e permanecendo na memória e subconsciente do receptor.

Um exemplo extremo deste efeito impreciso da leitura do mapa, porque se refere à sua utilização por crianças em fase de aprendizagem, é dado pelos Serviços de Inspeção Escolar do Distrito de Faro, num relatório enviado à Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1935 para a Semana das Colónias, que iria ter um dia dedicado aos “Liceus e Escolas da Província”. Nele comenta-se desta forma a introdução do mapa como material pedagógico:

Há tempos foi distribuída a carta intitulada “Portugal não é um País Pequeno”. Muitas das escolas deste Distrito possuem-na. Para evitar que as crianças ficassem supondo que o nosso Império Colonial está situado em cima da Europa (conforme o observam muitos professores), determinou-se que os alunos desenhassem a carta da Europa, e sobre ela colassem o desenho recortado da figuração corográfica das nossas colónias. Não deixaria de ser prático e de grande alcance fornecer aos alunos das nossas escolas os mapas de cada uma das partes do mundo, e em separado as dos nossos domínios coloniais, de modo a que pudessem praticar frequentemente este exercício de sobreposição.

(Processo Constante do Livro 3, 1935)

¹⁶ Jürgen Habermas – *Técnica e Ciência como «Ideologia»*, Edições 70, 2001, pp. 45 -92.

As preocupações pedagógicas do relatório face ao mapa são curiosamente ultrapassadas pela proposta de colocar os alunos a fazer o mesmo exercício de sobreposição, o que de facto só irá possibilitar uma maior efectividade ao carácter propagandístico do mapa, o que certamente agrada em particular ao autor do documento e à instituição envolvida na sua edição, o Secretariado da Propaganda Nacional.

Mas, outra análise que se pode fazer a este relatório, a que passa pela divulgação da imagem cartográfica. De facto, o *Portugal não é um País Pequeno* será amplamente distribuído por várias áreas geográficas e sectores da sociedade portuguesa sendo a sua divulgação mais incisiva em períodos críticos.

Para além da utilização como material destinado à população jovem, este mapa fará parte de várias obras, desde as mais populares às mais eruditas, de enaltecimento do império onde se encontram variantes do mapa original. Essas variantes, embora representando os mesmos fenómenos, sofriam pequenas alterações, de tamanho e sobretudo na composição pictórica, de acordo com a estética e características gerais das obras em que se inseriam. Por exemplo no mapa da fig. 18 de características parietais (para colocar nas paredes das salas de aula) o vermelho da figuração das províncias ultramarinas é uma cor especialmente atractiva¹⁷, mas quando o mesmo mapa é editado no contexto de uma obra de leitura geral, a cor da figuração das províncias pode variar do vermelho ao amarelo ou ao preto e branco, porque o público alvo é outro e o aspecto atractivo não precisa de ser tão incisivo, já que o principal objectivo da mensagem continua a ser difundido¹⁸.

Outro aspecto caracterizador do documento é a sua divulgação de âmbito nacional, onde os municípios tiveram papel de destaque. O **mapa 5** foi, em conjunto com o Secretariado da Propaganda Nacional, de iniciativa da Câmara Municipal de Penafiel. Estas instituições editavam o mapa, supondo-se que para colocar nas paredes de instituições como as bibliotecas municipais, as escolas e as casas do povo, disseminando a ideia de império em todo o país, como era intento da política imperial proposta por Armindo Monteiro.

¹⁷ Monmoier, Mark – *How to Lie with Maps*, 2ª ed., University of Chicago Press, Chicago and London, 1996.

¹⁸ Ver a variante desdobrável de cor amarela na obra de Henrique Galvão – *No rumo do Império*, Litografia Nacional do Porto, Porto, 1934.

Por fim, o referido mapa teve momentos de especial divulgação, sobretudo nas fases críticas que antecederam o início da II Guerra Mundial, quando em 1937, os rumores de um entendimento entre os Estados Unidos, a Inglaterra e os Nazis passava pela oferta dos territórios africanos portugueses ao regime de Berlim, ficando o episódio conhecido na historiografia como a “Crise de Munique”¹⁹. O acontecimento fez renascer, nas elites políticas, os fantasmas do *Ultimatum* e, por coincidência ou não, o *Portugal não é um País Pequeno*, passa a fazer parte em versão preto e branco, nesse mesmo ano, do cabeçalho de apresentação de uma folha semanal do *Diário da Manhã* dedicada às realizações do regimes no ultramar.

Talvez por esses anos e provocado pelo mesmo contexto internacional é elaborado pelo o Secretariado da Propaganda Nacional uma nova versão do mapa, agora em inglês²⁰.

Mapa 6



Portugal Is Not a Small Country / Secretariado de Propaganda Nacional - [Escala indeterminada]. - Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional. - 1 mapa, color, postal.

¹⁹ Pena Rodríguez, Alberto – “La Propaganda de Salazar Y La Crisis de Munich”, *Revista de História das Ideias: Do Estado Novo ao 25 de Abril*, vol. 17, Coimbra, 1995, pp. 439 – 479.

²⁰ Esta datação e contextualização são especulativas, tendo por base o tipo de figuração presente no mapa que não possui data. A confirmar-se a data, é relevante pensar-se porque em vez da comparação com os Estados Unidos não se fez a comparação com o Império britânico. A explicação pode estar no próprio jogo diplomático de Salazar e na neutralidade portuguesa no conflito. Mas sem certezas da datação ficam só estas dúvidas para reflexão.

O **mapa 6** é um postal ilustrado, onde se as possessões ultramarinas aparecem agora sobrepostas à América do Norte, em especial ao território dos Estados Unidos da América (E.U.A.). No verso, existe uma legenda comparando as dimensões dos E.U.A às do império português. Embora o império português da época fosse quase quatro vezes inferior aos E.U.A, uma engenhosa disposição da figuração dos territórios portugueses sobre o fundo do mapa, a utilização de escalas diferentes para os territórios do império e o dos E.U.A, e o desenho de uma auréola branca em torno dos contornos dos territórios portugueses faz ter uma percepção que apagava a irrealidade da comparação.

Conclusão

Tendo em conta a interpretação que se acabou de fazer da cartografia portuguesa de propaganda colonial no segundo quartel do século XX, podem retirar-se dois tipos de conclusões. Em primeiro, as conclusões que passam pela análise teórico-metodológica dos próprios mapas e da História da Cartografia, extensíveis também à análise de outro tipo de representações, sejam elas textos escritos de vários géneros e/ou imagens de vários tipos. Em segundo lugar, as conclusões de nível contextual e específico da cartografia e do período analisado ao longo desta dissertação. Estes dois níveis permitem também formular questões e ideias para futuros trabalhos de investigação, a que não pudemos responder e analisar aqui, dadas as limitações temporais e físicas que uma tese de mestrado impõe.

Assim, no primeiro conjunto de conclusões pode referir-se que as mudanças impostas desde a segunda metade do século XIX, pela massificação dos meios de comunicação e, com ela, a divulgação de concepções e instrumentos até então restritos às elites cultas, introduz a necessidade de compreender os mapas numa dimensão social mais ampla.

O fenómeno da cartografia de divulgação e as suas ligações à propaganda, em particular à propaganda colonial, transforma o mapa num veículo de transmissão de linguagem ligada a mensagens ideológicas que possibilitam a construção de percepções e imaginários geográficos influenciando no processo de alteridade, isto é, na forma como uma sociedade

se vê a si própria e as outras. Neste sentido, a cartografia contribuiu para a construção do social e do cultural, acrescentando-lhe um nível de significado relacionado com os valores, símbolos e concepções por ela divulgados. Esta capacidade retórica é consequência da criação de uma cartografia sugestiva que converte o mapa de documento de informação passiva e factual numa imagem dinâmica passível de transmitir conteúdos e códigos linguísticos.

As análises tradicionais da História da Cartografia, em Portugal, pouco incidiram sobre esta perspectiva cultural dos mapas e sua possível influência na sociedade e nos imaginários sociais em torno de espaços específicos e da própria Geografia. Um fundamento para esta lacuna pode passar pela ausência de uma perspectiva pluridisciplinar na interpretação da História da Cartografia, algo que se tentou ultrapassar ao longo da dissertação, com os contributos e perspectivas de outras áreas do saber geográfico e histórico como a Geografia Social e Cultural, a História Cultural e a História das Ideias, elas mesmo ligadas a outras disciplinas Sociais e Humanas como, a Sociologia, a Antropologia e a Filosofia. A abordagem pluridisciplinar transversal a este trabalho permitiu, desde logo, interrelacionar a interpretação dos documentos cartográficos com outras obras e ideias coetâneas, que de forma directa ou indirecta transpareciam nos mapas e na propaganda.

Quanto a segundo conjunto de conclusões parece importante realçar de imediato a ampla divulgação da cartografia no contexto do advento de uma propaganda de carácter moderno, que permitiu um maior contacto entre público em geral e documentos tradicionalmente de carácter científico, surgindo uma popularização do mapa como ponte entre saber científico e senso comum.

Contudo, e apesar da divulgação de documentos que possibilitassem um maior conhecimento por parte da sociedade portuguesa das realidades, acções e percepções sobre o territórios coloniais, desmistificando e tentando alterar concepções e imaginários tradicionalmente negativos, a verdade é que os mapas de propaganda, pelo seu carácter ideológico, disseminaram novos estereótipos dos espaços e limitaram o conhecimento sobre estes, na medida em que se privilegiaram as figurações do agente colonizador, eliminando os traços autóctones, tendo como consequência uma clara censura ao conhecimento sobre o “outro”.

Fontes e Bibliografia

- Álbum fotográfico da Exposição Colonial Portuguesa: 101 clichés fotográficos de Alvão*, SPN, Porto, 1934.
- COSGROVE, Denis – “Maps, Mapping, Modernity: Art and Cartography in Twentieth Century”, *Imago Mundi*, vol. 57, Part 1, 2003, pp 35 – 54.
- COSTA, Nuno Silva – “Cartografia Científica e Cartografia de Propaganda: o confronto institucional entre a Comissão de Cartografia e a Agência Geral de Colónias em 1926”, Santos, Maria Emília, Lobato, Manuel (coord.) – *O Domínio da Distância*, I.I.C.T., Lisboa, 2006, pp. 153 – 160.
- FERREIRA, Victor Ventura – “O planisfério das Grandes Viagens Marítimas dos Portugueses”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano 7º, n.º 78, 1931, pp. 122 – 132.
- GARCIA, João Carlos – “Um Castelo de Cartas Antigas. Construir e Comemorar o Império”, in *Os descobrimentos Portugueses no Mundo de Língua Inglesa (1880 -1972)*, Edições Colibri, Lisboa, 2005, pp. 167 – 187.
- “Informações e Notícias: Demonstrações culturais, políticas, sociais e económicas da exposição”, *Boletim Geral das Colónias*, A.G.C., 1934
- HABERMAS, Jürgen – *Técnica e Ciência como «Ideologia»*, Edições 70, 2001
- MONMOIER, Mark – *How to Lie with Maps*, 2ª ed., University of Chicago Press, Chicago and London, 1996.
- MURALHA, Pedro – *Cartilha Colonial: Breve Resenha Histórica, Geográfica e económica das Colónias Portuguesas na Africa, América, Ásia e Oceânia*, tip. Luso-Gráfica, Lisboa 1928
- NEGREIROS, Almada – “Portugal em Vincennes perante a Política Colonial”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, Ano 7ª, n.º 78, 1931, pp. 53 - 57.
- RIBEIRO, Orlando – *Destinos do Ultramar*, Livros Horizonte, Lisboa, 1974
- TORGAL, Luís Reis, et al. – *História da História em Portugal Sécs. XIX – XX*, vol. II, Temas e Debates, Lisboa, 1998.
- PENA RODRÍGUEZ, Alberto – “La Propaganda de Salazar Y La Crisis de Munich”, *Revista de História das Ideias: Do Estado Novo ao 25 de Abril*, vol. 17, Coimbra, 1995, pp. 439 – 479.